

TJMG

I N F O R M A T I V O

TJ aponta rumos para o sistema prisional

O TJMG, através do *Projeto Novos Rumos na Execução Penal*, incentiva a criação e ampliação de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), orientando as comarcas interessadas em implantar e desenvolver o método. Nos lugares em que ele é aplicado, a recuperação do condenado atinge 90%, ao passo que o sistema prisional tradicional, gastando três vezes mais, apresenta um índice de apenas 15% de reintegração do egresso.

Páginas 6 e 7

Renata Mendes

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - FEVEREIRO - 2010
ANO 16 - NÚMERO 146



Já é fevereiro: a vida não para

O ano de 2010 mal começou e já estamos no segundo mês. A sensação de que o tempo está passando mais veloz é constante. Não faltam teorias nesse sentido, inclusive a de que as antigas 24 horas do movimento de rotação da terra correspondem, atualmente, a cerca de 16 horas. Fim dos tempos, dizem alguns. Outros atribuem o efeito à tecnologia, que ditou um novo ritmo de vida.

Em todos os momentos, estamos conectados: telefone fixo, celular (com suas inúmeras possibilidades), *e-mail*, *spark*, *msn*, o mundo virtual disponível nos *notebooks* e *netbooks*. Estamos sendo requisitados no mundo profissional e pessoal, com demandas das mais diversas.

Muitas vezes, surpreendemo-nos atendendo ao telefone, respondendo *e-mail* e conversando com alguém do nosso lado com gestos e monossílabos. No fim do dia, os sintomas de cansaço são evidentes, envolvendo dores no corpo e a conhecida "cabeça pesada". Desgaste que as noites de sono nem sempre conseguem recuperar.

Diante desse mundo que pede pressa, ditado pelas compras e substituições, em que tudo é efêmero e tem prazo de validade, é preciso atentar para as necessidades físicas e psíquicas de repouso, silêncio e paz. Pausas para relaxamento, momentos de lazer, para uma boa conversa, um bom livro ou filme são opções interessantes.

Talvez seja melhor reavaliar escolhas, cortando uma lista de ações e atitudes desnecessárias, que ocupam, preocupam, mas não são essenciais. Consomem energia e nos oferecem

pouco retorno. Atenção com as pessoas da família, amigos, abraços e demonstrações de afeto têm um efeito restaurador. Porém, muitas vezes, deixa-se isso de lado, em função das inúmeras obrigações assumidas.

Começar uma nova etapa pressupõe um novo olhar, com mais energia, esperança e otimismo em todos os ambientes de convivência. O TJMG, por meio da Escola Judicial e da Assessoria de Comunicação Institucional, está investindo no programa *Atitude Legal*, que privilegia o bom relacionamento entre os públicos interno e externo da instituição, como forma de melhorar o clima e, conseqüentemente, aprimorar os serviços.

Não se pode deixar de ser sujeito, inclusive, do próprio tempo. Os compositores Lenine e Dudu Falcão, na canção "Paciência", alertam: "Mesmo quando tudo pede/ Um pouco mais de calma/ Até quando o corpo pede/ Um pouco mais de alma/ A vida não para.../ Enquanto o tempo/ Acelera e pede pressa/ Eu me recuso, faço hora/ Vou na valsa/ A vida é tão rara.../ (...) O mundo vai girando/ Cada vez mais veloz/ A gente espera do mundo/ E o mundo espera de nós/ Um pouco mais de paciência..."

Questionam ainda: "Será que é tempo/ Que lhe falta pra perceber?/ Será que temos esse tempo/ Pra perder?/ E quem quer saber?/ A vida é tão rara/ Tão rara..." Está bem claro que a forma como se usa o tempo pode definir várias outras coisas: relacionamentos, bem-estar, saúde física e mental, dosagem de paz e serenidade. É preciso escolher, a cada instante deste tempo que não para, estar melhor e mais feliz.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo *e-mail* informativo.ascom@tjmg.jus.br.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG
Presidente: Sérgio Antônio de Resende;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: Célio César Paduani; Superintendentes de

Comunicação: Alexandre Victor de

Carvalho e Antônio Armando dos Anjos;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; Secretária do

Presidente: Sidneia Simões; Assessor

de Comunicação Institucional:

Ronaldo Ribeiro; Gerente de

Imprensa: Wilson Menezes; Editoras e

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadete Dias - RP n° 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP n° MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Melillo e Ione

Bernadete Dias; Design Gráfico:

Úrsula B. Baião; Ilustração: Daniel

Fantini; Fotolito e Impressão: CGB

Artes Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG
CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

São João do Paraíso é sede de comarca

No final do ano passado, no dia 19 de dezembro, o Judiciário de Minas passou a contar com mais uma comarca. O presidente do TJ, desembargador Sérgio Resende, instalou a comarca de São João do Paraíso, no Norte de Minas, acompanhado pelos desembargadores Luiz Audebert Delage, Tiago Pinto e Osmando Almeida, que foram homenageados pela Câmara Municipal. A diretora do Foro da comarca de Rio Pardo de Minas, Vânia da Conceição Pinto, que até então atendia à cidade de São João do Paraíso, ressaltou a importância da decisão do TJ de instalar a nova comarca. Além de outras autoridades, participaram da solenidade o corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, e os desembargadores Caetano Levi Lopes e Delmival de Almeida Campos. Na foto, os desembargadores Sérgio Resende e Osmando Almeida, a juíza Vânia Pinto e o prefeito de São João do Paraíso, José Nelci, descerram a placa comemorativa do evento.

Marcos Xavier



Prédio da Raja integra patrimônio do TJ

Marcos Xavier

Magistrados e servidores da Unidade Raja Gabaglia já podem se sentir em casa. O Tribunal de Justiça passou a ter a posse definitiva do edifício Twin Towers, depois que o imóvel foi desapropriado e declarado de utilidade pública, por força de um decreto do Governo do Estado.

O decreto de desapropriação foi publicado no jornal *Minas Gerais* do dia 19 de dezembro de 2009. Apesar do repasse de R\$ 70,7 milhões para a aquisição, o TJMG passa a fazer economia, já que deixará

de pagar aluguel mensal do edifício.

No dia 7 de janeiro de 2010, foi realizada uma cerimônia simbólica de entrega das chaves do edifício pelo presidente do TJMG, desembargador Sérgio Antônio de Resende, ao assessor da Presidência para Assuntos Prediais da Unidade Raja Gabaglia, desembargador Francisco Kupidowski.

A solenidade, que contou com a presença de desembargadores e servidores da Unidade, foi presidida por Sérgio Resende, que, na ocasião, proferiu

breve discurso narrando os obstáculos enfrentados no processo de compra do prédio, cujas negociações começaram em setembro do ano passado.

“Este é um passo importante para o Judiciário mineiro. Sei que a satisfação imensa que sinto ao realizar este encontro é de todos nós. Finalmente, o prédio é nosso”, comemorou o presidente.

Melhorias

Salientando o apoio indispensável do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa na aquisição

do imóvel, o presidente assegurou que, agora que o edifício pertence ao TJ, há motivação para realizar as obras que forem necessárias. Na oportunidade, ele se dispôs a chefiar uma comitiva para apresentar ao prefeito Márcio Lacerda propostas para a melhoria do trânsito no local. A audiência já foi realizada e teve resultado: a prefeitura instalou um semáforo na avenida, facilitando o acesso de servidores e veículos ao prédio.

Tomando a palavra, o desembargador Francisco Kupidowski classificou a compra como “um capítulo inapagável da história do Tribunal”, reforçando “a grande responsabilidade que a posse da chave traz”.

“Acredito que nenhum tribunal do País está equipado com uma estrutura tão boa”, ressaltou o magistrado. “É uma recompensa pelo trabalho desempenhado anteriormente em condições extremamente difíceis”, concluiu, referindo-se à antiga Unidade Francisco Sales.

O Twin Towers possui duas torres de 16 andares e acolhe, desde janeiro de 2009, a 3ª Vice-Presidência do TJMG, quatro cartórios de recursos a outros tribunais, dez cartórios cíveis e dois criminais. Além disso, abriga os gabinetes de 60 desembargadores, departamentos médico e odontológico, protocolo, biblioteca e um núcleo da Ascom, entre outros setores.

Finalmente, o prédio é nosso’, comemorou o presidente Sérgio Resende

Rossana Souza



O Twin Towers possui duas torres de 16 andares

Construção do fórum de Ouro Fino, que deve ser concluída neste ano



Divulgação

TJ investe em reformas

Danilo Bayão

Espaço físico adequado, prédios mais confortáveis e acessíveis, especialmente a portadores de necessidades especiais, melhores condições de trabalho para servidores e espaço apropriado para atendimento à população.

Com essas preocupações, e sem perder de vista o princípio da economicidade, o TJMG vem investindo em suas instalações prediais, tanto na Capital quanto no interior, e os números confirmam as realizações em reformas de prédios, construções de fóruns e aquisições de novos espaços.

Em 2009, o Tribunal realizou reformas nos fóruns de Uberlândia, Barbacena, Guarani e na cobertura dos fóruns de Frutal, Visconde do Rio Branco e Araguari, além de intervenções em diversos prédios de Belo Horizonte.

Algumas obras estão em andamento, com previsão para serem concluídas neste ano. Como exemplo, podemos citar a construção dos novos fóruns de Santa Luzia, São João Del Rei, Bicas, Pouso Alegre e Ouro Fino e reforma dos fóruns de Sacramento, Janu-

ária e Paraguaçu. Além disso, estão previstas para iniciar em 2010 a construção de novos fóruns em Conselheiro Lafaiete, Leopoldina, Ubá, Uberaba, Carmo do Cajuru, Taiobeiras e Açucena e reforma dos fóruns de Nova Era, Santa Bárbara, Virgí-nópolis, Monte Azul, Oliveira, Ibiá e Lambari.

Economia

A diretora-executiva de Engenharia e Gestão Predial do TJ, Elídia Tavares de Lanna Rocha, explica que as obras foram escolhidas por um critério técnico: "Fizemos um levantamento das necessidades mais imediatas no interior e detectamos as comarcas que não tinham espaço suficiente para oferecer a prestação jurisdicional", esclarece.

Além dessas obras, vale destacar a aquisição, por meio de desapropriação, do prédio da avenida Ra-

ja Gabaglia, que merece algumas reformas e benfeitorias. O presidente do TJ, desembargador Sérgio Resende, no discurso proferido na solenidade de entrega simbólica das chaves, no dia 7 de janeiro, destacou a

economia que o TJ irá realizar, pois deixará de pagar um aluguel de R\$680 mil por mês, além de solucionar uma necessidade da 2ª Instância.

Economia, aliás, foi sempre a preocupação da atual administração. Economia e investimento na Justiça de 1º Grau, que, desde o início, motivaram o presidente Sér-

gio Resende a desistir de levar adiante o projeto de construção da nova sede do Tribunal de Justiça.

Fizemos um levantamento das necessidades mais imediatas no interior e detectamos as comarcas que não tinham espaço suficiente..."

Prata da casa brilha em concurso de monografias

Manuela Ribeiro

Em novembro de 2009, uma comissão do Núcleo Intersindical foi encarregada de selecionar as melhores monografias sobre o serviço público estadual. A comissão julgadora premiou nove pesquisas, das quais cinco foram elaboradas por funcionários do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A competição foi organizada pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal de Minas Gerais (Sindifisco-MG), Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Sindalemg), Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância (Sinjus-MG) e Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância (Serjusmig).

O objetivo, conforme a organização, é "fomentar a pesquisa e a geração de conhecimento". Para isso, foram estabelecidos os temas "Assédio moral no âmbito do serviço público", "Avaliação de desempenho individual do servidor público" e "Paridade e integralidade plena entre os servidores públicos ativos, inativos e pensionistas". As três melhores monografias

foram agraciadas com prêmios de cinco, três e dois mil reais e certificados de participação.

Estímulo à pesquisa

A técnica de apoio judicial Mariana Miranda Torres, 1º lugar na categoria "Assédio moral no âmbito do serviço público", elogiou a iniciativa, "uma forma de expandir o conhecimento e aperfeiçoar-se" por meio de um processo idôneo e aberto a todos.

"Aqui o nível dos servidores é alto, mas as pessoas continuam se qualificando. Isso mostra que é possível conquistar as coisas pelo próprio mérito e esforço", salienta a servidora, que é advogada, tem pós-graduação em Direito Público e declara gostar particularmente da área constitucional e administrativa. Para Mariana, propostas assim dão visibilidade a bons projetos.

De acordo com o oficial de apoio judicial Alan Menezes Sidney, da 1ª Vara Cível de Alfenas, que conquistou o 2º lugar na mesma modalidade, com a monografia "A possibilidade da tri-responsabilização no âmbito civil, penal e administrativo", o esforço "valeu a pena", pois ele pretende continuar seus estudos com um mestrado em Direito do Trabalho.

Alan, que consultou artigos científicos e fez uma revisão bibliográfica do tema, ainda ressaltou a importância de se incentivar a reflexão acadêmica sobre o assédio moral, um assunto relevante em nossos dias.

Premiada com o 2º lugar, a monografia de Hideraldo Nogueira Barbosa, "Avaliação de desempenho do servidor públi-

co: princípios, potencialidades e perigos", traçou um histórico das práticas do processo avaliativo, seus problemas e princípios jurídicos.

Abordando o serviço público no Estado, especialmente no TJMG, o trabalho se apoiou em um MBA e na ampla experiência de Hideraldo, funcionário do Tribunal há 16 anos, dos quais seis foram no setor de avaliação dos servidores.

Hideraldo também considera que se trata de uma excelente oportunidade. "A pesquisa permite refletir, aprofundar e atualizar conhecimentos, produzindo análises e comparações dos fatos que ocorrem ao nosso redor, sem esquecer que as normas e leis interferem na nossa vida cotidiana de servidores."

Os outros vencedores do TJMG foram Cláudia de Azevedo Melo (Alpinópolis), com o tema "Assédio moral no âmbito do serviço público", e Romina Cláudia da Matta (Belo Horizonte), na categoria "Paridade e integralidade plena entre os servidores públicos ativos, inativos e pensionistas".

A comissão julgadora premiou nove pesquisas, das quais cinco foram elaboradas por funcionários do TJMG

Divulgação



Cinco servidores do TJMG foram premiados no concurso

APAC : Um pop

Ione Bernadete

Dois modelos de unidade prisional, dois quadros distintos: de um lado, superlotação, ociosidade, desesperança. Do outro, trabalho, cela com número limitado de detentos, higiene, limpeza, assistência médica, jurídica, de familiares, esperança, recuperação...

Recente pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou ao País os quadros dramáticos dos presídios brasileiros, que vêm se perpetuando ao longo da história, apesar dos esforços do governo federal e dos governos estaduais na solução do problema.

O outro lado da moeda, a esperança para os milhares de condenados brasileiros tem nome e endereço certos: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), implantada em 1972, em São José dos Campos, a partir das inquietações e da sensibilidade do advogado paulista Mário Ottononi.

A primeira Apac mineira nasceu no solo fértil da cidade de Itaúna, em 1986. A semente germinou e, atualmente, 25 comarcas de Minas adotam efetivamente o modelo, enquanto que outras 55 Apacs já foram criadas e estão em fase de implantação.

Hoje, são aproximadamente 100 unidades espalhadas em todo território nacional. Outras já ultrapassaram as fronteiras do país e foram implantadas em países como Alemanha, Argentina, Armênia, Bolívia, Bulgária, Chile, Cingapura, Costa Rica, El Salvador, Equador, Eslováquia, Estados Unidos, Inglaterra e País de Gales, México, Moldávia, Nova Zelândia e Noruega.

Em 1986, a Apac se filiou à Prison Fellowship International (PFI), órgão consultivo da ONU para assuntos penitenciários. A partir dessa data, o método passou a ser divulgado mundialmente por meio de congressos e seminários.

Método Apac

As mãos que preparam o pão, que esculpem a madeira, que regam as plantas e que fabricam brinquedos são do mesmo homem que um dia provocou a desordem, atacou o patrimônio privado e público, cometeu delitos e crimes. Ele agora também é o responsável pela ordem e disciplina, o guardião das chaves do presídio e dos objetos ali existentes.

Na Apac, os próprios presos, ali denominados recuperandos, são corresponsáveis pela sua recuperação. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade. A metodologia apaqueana tem como fundamento uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho, valores espirituais e o envolvimento da família do sentenciado.

Outro destaque é a municipalização da execução penal. O condenado cumpre a pena em presídio de pequeno porte, com capacidade para, em média, 100 recuperandos, preferencialmente nascidos ou que possuem família na região. A participação da comunidade é fundamental para o sucesso do método.

O objetivo da Apac é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o indivíduo se recuperar.

Novos Rumos

No Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o *Projeto Novos Rumos na Execução Penal* incentiva a criação e ampliação de Apacs. Também orienta as comarcas interessadas em implantar e desenvolver o Método Apac, uma vez que, nos lugares em que ele é aplicado, a recuperação do condenado atinge 90%, ao passo que o sistema prisional tradicional, gastando três vezes mais, apresenta um índice de apenas 15% de reintegração do egresso.

O Projeto é desenvolvido pela Assessoria da Gestão da Inovação (Agin), da 3ª Vice-Presidência do TJ, que tem a frente o 3º vice-presidente, desembargador Jarbas Ladeira, e pela Assessoria da Presidência para Assuntos Penitenciários e de Execução Penal no Estado, sob a coordenação dos desembargadores Joaquim Alves de Andrade e Jane Ribeiro Silva e coordenação-executiva do juiz Luiz Carlos Rezende e Santos.

Em Minas, a disseminação das Apacs tem sido possível graças também ao empenho do Governo Estadual, por meio de sua Secretaria de Defesa Social, com a liberação de recursos para criação e manutenção de centros. O Ministério Público é também parceiro do *Projeto Novos*

Fotos: Renata Mendes



Nas Apacs, os recuperandos possuem as chaves das celas e são responsáveis pela própria segurança



outro olhar para a população carcerária

Rumos, através do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, na pessoa do procurador de justiça Tomáz de Aquino Rezende.

Entusiasmado com os resultados, o presidente do TJ, desembargador Sérgio Resende, confessa seu comprometimento: "Estou envolvido com as Apacs desde que foi instituído o *Projeto Novos Rumos na Execução Penal*. Tudo começou em 2001, quando fui designado pela Portaria 16/2001, juntamente com o desembargador Joaquim Alves de Andrade e os juízes Cássio Salomé e Paulo Antônio de Carvalho, superintendente para Assuntos Penitenciários e de Execução Penal, na gestão do então presidente, desembargador Gudesteu Biber Sampaio."

E o presidente continua: "Naquele tempo, o método só funcionava em Itaúna e, em algumas comarcas, ainda de forma muito incipiente. Isso já demonstra o meu empenho e a minha confiança no método Apac. Tudo o que é necessário para a expansão das Apacs tem sido feito," conclui.

O juiz Luiz Carlos conta que foi seduzido pelo *Projeto Novos Rumos* através da persuasão do desembargador Joaquim Alves, que considera exemplo de sacerdócio para humanização da pena, e se intitula seu discípulo. O juiz afirma que isso lhe deu forças para conseguir a implantação da unidade de Lagoa da Prata, hoje um modelo no País. O magistrado considera "um privilégio servir à Presidência do TJ no trabalho de ampliação do número de Apacs e desenvolvimento de práticas para consolidação das já existentes."

Evolução da pena

A fase mais primitiva da história da pena remete ao período da vingança privada, da lei do mais forte, em que o ofendido define o estilo da reprimenda, podendo essa ultrapassar o infrator e atingir sua família. Surge a seguir a pena de Talião, imortalizada pelo jargão: "Olho por olho, dente por dente".

Ao longo do tempo, cada período histórico passa a ser regido por determinado modo de pena. Penas de vingança pública, penas de morte, penas corporais, penas infamantes (censura e diversas formas de humilhação).

Na Idade Média, as sanções estavam submetidas ao arbítrio dos governantes e a pena variava de acordo com o status social do réu. As humilhações e exposições do condenado despertaram revolta na comunidade jurídica e, já na Era Moderna, vozes ecoam por toda a Europa contra a situação reinante.

Dentre essas, Cesare Bonesa, o Marquês de Beccaria, é sem dúvida a mais importante. Com seu livro "Dos delitos e das penas", escrito em 1764, muda radicalmente as formas de execução de penas em toda a Europa. Ele elaborou o que veio a se tornar um dos pilares do Direito Penal moderno, repudiando as penas cruéis, até então usadas como forma de punição.

A lição de Beccaria, que apregoava a legalidade, a proporcionalidade e o utilitarismo da pena, ainda hoje, carece de seguidores em muitos sistemas prisionais mundo afora. Crimes com grau mínimo de gravidade recebem penas idênticas aos de maior severidade, não existe utilidade para as penas, senão se revestir de crueldade.

Ao desenvolver o projeto de humanização da execução penal, inserido no *Novos Rumos*, o TJMG vai ao encontro do ensinamento de Beccaria através do cumprimento da pena de maneira justa e eficiente.

O trabalho integra o processo de reabilitação dos recuperandos



Um dos objetivos do *Projeto Novos Rumos* é aumentar o número de presos atendidos pelo método Apac



TJ regulamenta movimentação

de servidores

Rachel Barreto

Servidores interessados em mudar de comarca já podem contar com a possibilidade da remoção. No dia 15 de janeiro, foi publicada a Portaria 2.394/2010, que estabelece critérios para a remoção a pedido de servidores das Secretarias de Juízo e dos Serviços Auxiliares da Justiça de 1ª Instância. O objetivo é uniformizar os procedimentos relativos à movimentação desses servidores entre as comarcas, garantindo a igualdade de oportunidades.

Demanda represada

“A movimentação de servidores entre comarcas é uma demanda comum, sempre existiu. Mas enquanto a possibilidade de remoção estava suspensa, os servidores precisavam buscar alternativas como a permuta, quando possível. Só no ano passado, foram negados mais de quarenta pedidos de remoção. A demanda estava represada, pois não havia chance de os servidores obterem remoção enquanto o concurso da 1ª Instância de 2005 estava vigente, em razão de dispositivo constante do edital do concurso”, explica a assessora técnica Cláudia Maria de Magalhães Gomes, da Diretoria-Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu). “Agora, a remoção vai ter prioridade em relação aos concursos, como está expresso no edital de 1ª Instância publicado em dezembro”.

De acordo com a Portaria, o servidor efetivo poderá obter remoção para outra comarca, para cargo com especialidade idêntica, cuja vacância tenha sido declarada em razão de exoneração, demissão, aposentadoria ou falecimento de servidor, bem como para cargo que tenha sido criado para instalação de comarca, vara ou unidade do Juizado Especial, ou lotado em comarca por resolução da Corte Superior.

A Portaria, que não se aplica aos ocupantes de cargos cuja extinção se dará

com a vacância, estabelece ainda determinados limites e vedações para a remoção de servidores titulares dos cargos de Oficial de Apoio Judicial da classe B e de Técnico de Apoio Judicial.

Vagas

Até o quinto dia útil de cada mês, será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico (DJe) o edital de remoção, por meio do qual o servidor poderá saber previamente quais são as vagas disponíveis para o processo de remoção, apuradas no mês anterior.

O primeiro edital deve ser publicado ainda neste mês de fevereiro, relativo às vagas que surgiram até o último dia de janeiro, e a expectativa é que sejam publicados outros ao longo deste ano. “Não podemos assegurar, mas acreditamos que surgirão vagas todos os meses, pois sempre há pedidos de aposentadoria e de exoneração”, afirma Cláudia.

Procedimentos

Os interessados em participar do processo de remoção deverão se inscrever, na forma estabelecida no edital, e, se classificados dentro das vagas oferecidas, serão convocados a protocolizar requerimento dirigido ao presidente do TJMG, do qual deverão constar as manifestações favoráveis dos juizes diretores de Foro das comarcas envolvidas. Os critérios para classificação são: maior tempo de efetivo exercício no TJMG, maior idade e ordem de inscrição.

Todos os procedimentos relativos à remoção serão divulgados no DJe: lista dos candidatos com ordem de classificação; convocação para protocolizar requerimento; análise de requerimentos, pedidos de reconsideração e

recursos. Se o requerimento for deferido, o servidor deverá iniciar o exercício de suas funções na comarca para onde for removido no prazo de 30 dias a partir da publicação do ato de remoção.



Agora, a remoção vai ter prioridade em relação aos concursos”

Dedicação integral ao trabalho

Daniela Lima

À frente da Vara de Execuções Criminais (VEC) de Ribeirão das Neves, o juiz Bruno Teixeira Lino fala dos desafios de atuar na Execução Penal da comarca que possui a maior população carcerária do Estado. Bruno Teixeira formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1989 e é especialista em Ciências Penais pela mesma universidade. Atuou como advogado até 1992, quando se tornou promotor, e ingressou na magistratura em 2000. É casado com Vânia e pai de Mariana, de 11 anos.

Divulgação

TJMG Informativo - Como está sendo o trabalho na VEC de Ribeirão das Neves?

BTL - A população carcerária do município é de aproximadamente cinco mil presos. Temos aqui cerca de oito mil processos de execução e procuramos analisar todos, organizar a Secretaria e não deixar processos sem resposta. As novas instalações, viabilizadas pelo convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, oferecem melhores condições de trabalho para os funcionários e melhor atendimento para o jurisdicionado. É importante também o trabalho conjunto com os diretores dos presídios.

TJMG Informativo - O que o levou à magistratura?

BTL - Na faculdade, as opções profissionais foram apresentadas, conheci a relevância do trabalho do juiz e tomei gosto pela atividade. Formado, atuei como advogado e, depois, ingressei no Ministério Público, trabalhando nas comarcas de Carmo do Paranaíba, Presidente Olegário, Muriaé e Belo Horizonte. Em 2000, já na magistratura, iniciei minha carreira no Juizado Especial Cível do Barreiro, em Belo Horizonte. Também passei pelas comarcas de Brumadinho e Vespasiano antes de assumir a VEC de Ribeirão das Neves.

TJMG Informativo - O que diferencia a atuação do juiz?

BTL - A magistratura tem a função mais ampla dentre as carreiras jurídicas, pois somente o juiz tem o poder de decidir. Além disso, o magistrado também tem que administrar, se relacionar com os outros Poderes, servidores, entidades e comunidade. O juiz precisa buscar agilizar o andamento dos processos, em que pesem o elevado número de feitos e as necessárias alterações legislativas. Acredito que

A magistratura tem a função mais ampla dentre as carreiras jurídicas, pois somente o juiz tem o poder de decidir”



essa agilidade advém da harmonia entre o magistrado, a assessoria, o escrivão e os servidores. A Secretaria é o espelho do juiz.

TJMG Informativo - Você se dedica a outras atividades?

BTL - Gosto de natação, mas me falta tempo para qualquer outra atividade, pois o trabalho tem me absorvido completamente. Nisso agradeço o apoio e a compreensão da minha família, quando meu trabalho impede maior dedicação a ela.

Bruno, a esposa e a filha na solenidade em que recebeu o título de cidadão honorário de Vespasiano pelos serviços prestados à comarca

Ano novo, processos com nova numeração

Letícia Lima

Os processos distribuídos em 2010 já estão recebendo a numeração única, que atende à Resolução 65 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pela determinação, todos os processos que derem entrada na Justiça terão uma numeração com 20 dígitos. Os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2009 receberam os dois números: o antigo, com 13 dígitos, e o atual, com 20. Assim, processos cadastrados até o ano passado podem ser consultados nas duas versões.

Com o novo padrão, haverá a inversão de alguns campos. Uma das mudanças é inserir o número sequencial no início e a identificação da comarca ao final. O ano virá no formato de quatro dígitos, em vez de dois. No caso de ser um processo em andamento no TJMG, a numeração recebe o dígito oito e, por se tratar do Estado de Minas Gerais, o dígito 13.

De acordo com o CNJ, essa medida é essencial ao atendimento dos comandos constitucionais da publicidade, transparência e eficiência do Poder Judiciário,

pois haverá a padronização do número de processos em todas as instâncias e Estados. Todos os tribunais do país adotaram a nova medida.

Vida nova

Mas a nova regra não está agradando a alguns advogados, como Francisco Segismundo. “Há muita informação desnecessária. Poderia existir a inversão, mas bastava manter o número, o ano e a comarca”, acredita. Para ele, a inclusão do dígito 13, correspondente ao Estado de Minas Gerais, não facilita a consulta processual, pois quem tiver de fazer a pesquisa de um processo com dígito 14 terá que saber a qual Estado se refere.

Ele sugere o acréscimo de informações na pesquisa de andamento dos processos, a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro. “Lá, ao lado do número do processo coloca-se o número do escaninho onde se encontram os autos, o que facilita encontrar rapi-

damente aquele processo, quando estamos sendo atendidos no balcão”, afirma.

Já o advogado Antônio de Pádua discorda do colega. Ele acha que os novos dígitos vão facilitar a identificação de um processo, exatamente pelo fato de os mesmos se referirem a um Estado e um Tribunal específico. Ele não viu problemas nessa transição e acredita que a mudança vai proporcionar outras melhorias no futuro, quando todos já estiverem adaptados, pois, segundo ele, “toda mudança recebe um olhar receoso”.

Informações

Mais informações sobre a Numeração Única de Processos estão contidas no *banner* do *Portal TJMG* e na *intranet*. No *banner*, há uma cartilha que auxilia os operadores do Direito e as partes. Na *intranet*, a cartilha traz mais informações para os servidores do TJ.

Padrão da Numeração Única NNNNNNN-DD.AAAA.J.TR.OOOO

Campo	Descrição
NNNNNNN	Número sequencial do processo, a ser reiniciado a cada ano
DD	Dígito verificador (módulo 97 base 10, conforme Norma ISO 7064:2003)
AAAA	Ano do ajuizamento da ação
J	Órgão ou segmento do Poder Judiciário. Para o TJMG = 8
TR	Tribunal ou, na Justiça Militar da União, a Circunscrição Judiciária, identificado pelos números 01 a 27, correspondente ao Estado da Federação, em ordem alfabética. Para o TJMG = 13 (Minas Gerais)
OOOO	Unidade de origem do processo, observadas as estruturas administrativas dos segmentos do Poder Judiciário

Exemplo de número atual, que passa a ser chamado de código interno: 0024.09.000095-2

Exemplo do número do processo no padrão da numeração única: 0000952-21.2009.8.13.0024

Programa aproxima Justiça e cidadão



Divulgação

■ O juiz Fausto Ferreira e os servidores da comarca recebem estudantes no fórum de Bocaiúva

Manuela Ribeiro

Divulgar os procedimentos e a estrutura do Poder Judiciário, difundir informações sobre a Justiça e torná-la acessível à população. Essas são metas do Programa *Conhecendo o Judiciário*, desenvolvido pelo TJMG, que caminha, em 2010, para o seu décimo primeiro ano.

Em 2009, como nos anos anteriores, a agenda do *Conhecendo* esteve sempre lotada: foram 59 visitas guiadas ao Tribunal de Justiça, 43 atividades do projeto *Encontro Universitário*, 13 visitas orientadas ao Fórum Lafayette, a revitalização do Programa em Governador Va-

ladares, além de cinco lançamentos no interior (Alvinópolis, Bonfim, Machado, Lagoa Santa e Bocaiúva).

Com os dois últimos lançamentos,

Os cidadãos se aproximam do Judiciário nos locais onde o Programa é instalado

ocorridos em Lagoa Santa e Bocaiúva, nos dias 2 e 4 de dezembro, o Programa atingiu a marca de 52 comarcas beneficiadas. Só na Capital, cerca de 7,5 mil pessoas foram atendidas, entre alunos do ensino fundamental e médio, cursos pré-vestibulares, universidades e centros universitários.

Cidadania

Em Bocaiúva, o Programa foi levado por um entusiasta. O juiz da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância

e da Juventude, Fausto Ferreira Filho, havia implantado o Programa em Pirapora, comarca em que trabalhara anteriormente. "Consta que a ideia havia sido bem acolhida pela comunidade e se mostrara produtiva", e, convicto de que "os cidadãos se aproximam do Judiciário nos locais onde o Programa é instalado", introduziu-o na nova comarca. Segundo o magistrado, o *Conhecendo o Judiciário* fortalece o sentimento de cidadania.

Para a oficial de apoio judicial da 1ª Secretaria de Bocaiúva, Giliana Vieira, a proposta "oferece a oportunidade de saber como funciona o Judiciário". Conforme a servidora, no dia do lançamento, a equipe responsável exibiu uma apresentação de slides para 60 alunos. Em seguida, realizou um júri simulado e, ao final, foi servido um lanche. "As crianças gostaram muito. Algumas até disseram que querem se tornar juízes, procuradores e promotores", contou Giliana.

Segundo a juíza da 1ª Vara de Lagoa Santa, Sandra Salette da Silva, o lançamento do *Conhecendo o Judiciário* institucionalizou uma prática que já ocorria. "Atendíamos escolas e a sociedade como uma forma de estar mais próximos da população e inteirá-la do nosso serviço. Mas com o respaldo do Tribunal essas ações se aprimoraram, pois passamos a contar também com as cartilhas", afirmou a juíza.

De acordo com ela, a receptividade foi excelente. "Fomos procurados por outras entidades, como a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), a casa de idosos local e advogados", relatou.

NOTAS

Correios

No dia 25 de janeiro, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) realizou um evento no Centro de Educação Corporativa dos Correios (Cecor) em agradecimento ao apoio de todos os parceiros na Campanha Papai Noel dos Correios 2009. O assessor de comunicação do TJMG, Ronaldo Ribeiro, representou a instituição, que foi um dos destaques do Estado, apadrinhando cerca de 3 mil cartas. Em Minas Gerais, quase 150 mil cartas foram apadrinhadas.

Curso

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes realiza, a partir do dia 22 de fevereiro, um curso para comissários da Infância e da Juventude, com a metodologia de educação a distância. O curso, com carga horária de 10 horas, tem como público alvo comissários efetivos e voluntários do Poder Judiciário de Minas Gerais. Os interessados devem se inscrever no período de 10 a 12 de fevereiro, através do site www.ejef.tjmg.jus.br/ead. Para essa primeira turma, estão disponíveis 100 vagas.

DDD pelo 31

Todas as ligações DDD efetuadas no Tribunal de Justiça devem ser feitas com a utilização do código "31". O não uso do novo código implicará pagamento da ligação. Na impossibilidade de utilização do "31" por motivos técnicos, o servidor deve entrar em contato com a Dengep: gemap@tjmg.jus.br. A mudança se deve ao resultado da licitação. Mais detalhes na Portaria 2.393/2010.

CULTURA

Inferno manicomial no Cineclube TJ

Um adolescente que se desentende com os pais, picha muros, usa brincos. Um cigarro de maconha encontrado em seu bolso pelo pai poderia levar apenas a uma briga, mas acaba por causar a internação do jovem em um manicômio. Neto, interpretado por Rodrigo Santoro, conhece então a realidade absurda e desumana do sistema de internação. O filme *Bicho de sete cabeças* (2000) é baseado na experiência real de Austregésilo Carrano, que foi narrada no livro "Canto dos Malditos", e marca a estréia da cineasta Laís Bodanzky na direção. Atração deste mês do Cineclube TJ, o filme será exibido no dia 25 de fevereiro, às 19h, no auditório do Anexo 2 - rua Goiás, 253, Centro de Belo Horizonte.

CLICK DO LEITOR



Luciano Neves

"É impossível àquele que visita Boa Esperança/MG deixar de parar logo na entrada da cidade. As plantações de girassóis encantam qualquer pessoa que por ali passe. Os tons das flores se misturam, dando a impressão de um infinito horizonte amarelado. São muitos os que param ali para fotografar. Além disso, a cidade ainda conta com um lindo lago, onde são praticados esportes náuticos, e também com a Serra de Boa Esperança, famosa por seu turismo ecológico. Por tudo isso, vale a pena visitar esta simpática cidade do interior mineiro."

Luciano Neves - Oficial de Apoio / Divinópolis

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



IMPRESSO